

Governo do Estado prepara planejamento do Paraná até 2040

4

O Paraná será um dos poucos estados a ter uma legislação de planejamento de longo prazo. O projeto da Lei de Eficiência na Gestão do Estado (LEGE), que será encaminhado pelo Governo do Estado para a Assembleia Legislativa na próxima semana, estabelece as ferramentas de planejamento, determina o alinhamento de todos os planos já existentes e cria o PDLP - Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo com metas e objetivos estratégicos até 2040.

“A própria Constituição Federal só prevê visões de curto e médio prazos, respectivamente a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, que é quadrienal”, afirma o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

Ele explica que a LEGE e o PDLP vão contribuir para colocar o Paraná na vanguarda econômica, social e política. “Com esses instrumentos o Paraná vai poder definir onde quer chegar e saber o que precisa fazer para alcançar esse objetivo”, diz.

Na semana passada, o projeto da LEGE foi detalhado para a bancada federal e os deputados estaduais. “Antecipar as informações,

antes do envio oficial do projeto de lei ao Legislativo, é a forma do governo demonstrar que está aberto a contribuições. Acreditamos que um projeto não se conclui no Poder Executivo e que o debate é o caminho para chegar a uma legislação inovadora, com resultados efetivos para a população do Paraná”, afirma o chefe da Casa Civil. Guto Silva.

DIRETRIZES - A LEGE estabelece os princípios e normas de gestão administrativa e de finanças públicas, além do monitoramento e acompanhamento de todo o planejamento da administração estadual, incluindo a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É o guarda-chuva onde serão alinhados todos esses macroplanos e mais as metas de longo prazo, de forma a garantir uma visão de futuro coerente para o Estado.

O projeto de lei define responsabilidades pelo cumprimento de metas financeiras e fiscais, regras de prudência para o gasto com pessoal e para concessão de novos incentivos fiscais.

“A LEGE é o

planejamento do nosso planejamento”, resume o chefe da Casa Civil, Guto Silva, onde o projeto está sendo gestado. “De nada adianta estabelecer metas se não estabelecermos as ferramentas para orientar e monitorar o cumprimento delas”, acrescenta.

Silva destaca que o projeto traz uma inovação importante, com a criação do Conselho de Gestão Governamental, que tem por objetivo reforçar a participação da sociedade civil no governo. O conselho será responsável por acompanhar o atingimento das metas operacionais e de investimentos do governo, recomendar a adoção de medidas para aprimorar a eficiência da gestão e reduzir a burocracia.

FUTURO – Enquanto a LEGE vai dar as diretrizes de como preparar o Paraná para o futuro, o Plano de Metas de Longo Prazo, que está sendo desenvolvido pelo governo, vai definir cenários de até duas décadas, com metas econômicas, sociais e ambientais. O objetivo é orientar a direção e o progresso do Estado até 2040.

Para os próximos cinco anos, por



exemplo, o PDLP projeta o crescimento anual de 4% do PIB, bem acima da média nacional, calculada em, no máximo, 2,8%, investimentos de R\$ 80 bilhões no Estado e geração de 500 mil novos empregos. Do total de investimentos previstos, R\$ 40 bi virão de recursos próprios e financiamentos e o restante da iniciativa privada.

O alcance das metas de longo prazo dependerá da execução de projetos consideráveis estratégicos. Entre eles, o barateamento da energia e pesados investimentos em infraestrutura e logística.

Na lista de projetos fundamentais para alavancar os indicadores econômicos e sociais do Estado constam, ainda, o desenvolvimento do turismo, a atualização da Lei da Inovação, a simplificação da burocracia, a ampliação da oferta de processos e serviços digitais, a regularização de propriedades, o fortalecimento das redes de atenção à saúde, a ampliação do saneamento básico e o uso de novas tecnologias na educação, entre outros.

ALINHAMENTO – O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) serão orientados para apoiar o cumprimento do PDLP, o que significa que terão de estar alinhados à visão estratégica de longo prazo.

Da mesma forma, os objetivos do Plano de Longo Prazo serão desdobrados em metas nos planos plurianuais e estas serão distribuídas em programas de trabalho nas leis orçamentárias de cada exercício. “As metas da LOA vão ajudar a alcançar os objetivos de médio prazo, que estão no PPA, que, por sua vez, vão apoiar

o alcance dos objetivos de longo prazo”, explica o chefe da Casa Civil.

As metas ainda estão em processo de definição. Segundo Guto Silva, virão de várias fontes, como o estudo do economista Paulo Rabelo, o Plano Estadual de Logística e Transporte do Paraná, do Fórum Futuro 10, e estudos feitos pelas equipes das secretarias. “Vamos incorporar tudo isso no plano plurianual e principalmente no Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo, que serão encaminhados ao longo do ano à Assembleia Legislativa”, completa.

Ligação para Felipão e pedido por camisa 21: por que o Palmeiras se surpreendeu com Pato

A ida de Alexandre Pato para o São Paulo tem sido vista pelo Palmeiras e por pessoas envolvidas na negociação não como um chapéu do rival, mas como uma volta dada pelo próprio atacante, que dizia querer o clube, chegou a pedir número de camisa e até telefonou para o técnico Luiz Felipe Scolari.

A primeira conversa com o Palmeiras foi em dezembro, quando Pato pegou com um jogador do elenco o contato de Alexandre Mattos (diretor de futebol) para dizer que pretendia deixar o futebol chinês e voltar ao Brasil. Ouviu do dirigente, porém, que a princípio

não havia espaço no grupo.

Já neste ano, fatos novos aumentaram as chances: as possibilidades de venda tanto de Borja quanto de Deyverson - que depois acabaram não se concretizando - e outro telefonema de Pato. O atacante pediu que um velho conhecido seu, o empresário de Felipão, Jorge Machado, intermediasse um contato com o treinador.

Ao telefone, Felipão foi convencido da vontade de Pato, que abriria mão de dinheiro e queria voltar à seleção brasileira - sua última convocação, inclusive, foi com o próprio Felipão. As

negociações da diretoria com André Cury, representante do atacante, esquentaram quando foi feita a rescisão contratual com o Tianjin Tianhai, da China, há duas semanas.

A oferta foi desde sempre um contrato curto, válido até dezembro. No segundo semestre se discutira uma eventual extensão do vínculo, dependendo do rendimento do jogador até lá. O Palmeiras oferecia inicialmente um salário em torno de R\$ 450 mil, enquanto o lado do jogador tentava R\$ 600 mil.

Tudo caminhava bem para o Palmeiras, apesar da concorrência de outros clubes, como

São Paulo e Santos, que tinham modelos de propostas diferentes. Bem a ponto de o pai de Pato, Geraldo, dizer aos dirigentes que seu filho gostaria de vestir a camisa 21 no Palmeiras. O número foi vetado por pertencer ao goleiro Weverton.

Pelo bom relacionamento com a família de Pato e também por um pedido de Felipão, Jorge Machado, o empresário do treinador, ajudava nas conversas. Foi solicitado, inclusive, que viajasse de Porto Alegre a São Paulo para a reunião definitiva do acordo, na última quarta-feira.

A reunião, no entanto, não aconteceu. O



São Paulo, que negociava paralelamente com o jogador e também envolveu o técnico Cuca para falar diretamente com Pato, fechou acordo antes disso. Além de enviar um vídeo ao jogador pela manhã, com o tema “aqui

o coração bate mais forte”, ofereceu um contrato de quatro anos e com valores superiores.

O acordo surpreendeu não apenas o Palmeiras, que tinha sido procurado pelo jogador ainda em dezembro, mas

também Jorge Machado, que passou o dia todo em um hotel da capital paulista à espera do encontro, do qual participaria também o advogado Breno Tannuri, que já tinha sido o responsável por fechar a rescisão na China.

MOINHO GLOBO

desde 1954

www.moinhoglobo.com